



## ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INSERÇÃO DE TRABALHADORES (AS) INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CEARÁ.

Francisco Thomas Dos Santos Silva<sup>1</sup>  
Roberto Kennedy Gomes Franco<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho analisa os processos de lutas, a formação profissional e a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras indígenas em seus territórios, especialmente na área da saúde e educação, identificando os desafios e as perspectivas para o fortalecimento e o reconhecimento das profissões exercidas por eles. Além disso, o trabalho busca compreender como os povos indígenas do Ceará, através de suas lutas e conquistas, têm construído uma trajetória de inclusão e representação em espaços de poder e decisão, garantindo a defesa de seus direitos. A pesquisa busca também compreender como os indígenas, ao se inserirem nesses setores, vivenciam um processo de "exclusão-inclusão", segundo Kuenzer (2002). Metodologicamente a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa para aprofundar a compreensão das vivências dos trabalhadores indígenas, considerando suas especificidades culturais e locais. Foram realizadas entrevistas online, por meio de formulários eletrônicos, com professores indígenas, agentes de saúde indígenas e representantes indígenas de diferentes povos do estado do Ceará. Por fim, o estudo demonstra as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras indígenas, desafios no processo de formação e a importância de seus conhecimentos e experiências, ainda busca-se reconhecer a necessidade de melhorias nas condições de trabalho e na oferta de formação continuada e a importância da interculturalidade e da participação dos indígenas nas políticas públicas.

**Palavras-chave:** Trabalhadores;; Saúde;; Educação.

---

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, CAMPUS LIBERDADE, Discente,  
kathomas181@gmail.com<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, CAMPUS LIBERDADE, Docente,  
robertokenedy@unilab.edu.br<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do Brasil historicamente passaram por longos processos de lutas para que seus direitos fossem devidamente alcançados, essas lutas obtiveram maior atuação principalmente em movimentos iniciados na década de 1980, foi onde os primeiros passos efetivamente importantes foram alcançados, como a garantia de seus direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. A partir desse marco inicia-se uma mobilização mais intensa dos povos indígenas em busca da implementação de políticas públicas para seus territórios, garantia da demarcação de terras, assistência na saúde, direito à educação e representatividade dos indígenas na sociedade.

Deste modo, entre estes direitos concedidos está a garantia de atenção diferenciada à saúde e educação para os povos indígenas, sendo especificamente no âmbito da saúde pública brasileira a criação da política do subsistema de atenção à saúde indígena (SASI) Lei nº 9.836/1999 e a Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) Aprovada pela portaria nº 254/2002 que visa a criação de posto de saúde, polo base e casa de saúde indígena aos povos, dessa forma essas políticas foram criadas como estratégia para garantir o acesso à saúde aos povos indígenas e também a integração dos indígenas no processo de participação intercultural desta política, ressaltando-se assim a importância de haver indígenas como atuantes nestes processos.

Já a educação escolar indígena inicia-se a partir da própria iniciativa dos povos indígenas, notando-se a necessidade de educar suas crianças e jovens. No contexto de direitos, o início da educação indígena se dá por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. A LDB assegura às comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, específica e bilíngue. Ainda, no contexto do Ceará a criação da Resolução nº 382/2003 que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escolas indígenas no sistema de ensino do Ceará e dá outras providências para criação de escolas indígenas nos seus territórios com objetivo de proporcionar uma educação diferenciada aos indígenas, visando as práticas culturais e sociais. Ressalta-se a partir disso também um processo de inclusão dos próprios indígenas como personagens fundamentais na condição de iniciarem as lutas, mobilizações e desafios para se tornarem futuros formadores e educadores de seus povos.

Este trabalho é um resultado do projeto de iniciação científica intitulado “Povos Indígenas e as Contradições do Mundo do Trabalho no estado do Ceará (1988-2024)” trata-se de um estudo de abordagem qualitativa. Nesta pesquisa, analisamos a inserção de trabalhadores e trabalhadoras indígenas no contexto do trabalho, através da construção de lutas dos povos indígenas ao acesso às políticas públicas de educação, saúde e representatividade em espaços organizacionais. Buscamos analisar especificamente a “exclusão inclusão” Kuenzer (2002) do mundo do trabalho contada a partir da experiências dos próprios indígenas do estado do Ceará.

Nesse viés, o estudo traz relatos de experiências de trabalhadores e trabalhadoras indígenas de determinados povos indígenas do estado do Ceará que estão inseridos em trabalhos formais dentro e fora de seus territórios, especificamente atuando na educação e saúde indígena. Buscou-se então refletir acerca de questões fundamentais, por meio dos seus processos de luta, formação profissional, atuação em seus territórios, desafios e perspectivas que fortalecem o reconhecimento das profissões exercidas pelos indígenas. Foi possível, desta forma, identificar a inclusão da representatividade indígena em meio aos espaços organizacionais e executores de políticas públicas, desenvolvendo-se para a discussão e participação nas decisões políticas para a garantia e permanência dos direitos dos povos indígenas.

## METODOLOGIA

Metodologicamente, para alcançar os objetivos propostos e uma melhor compreensão deste trabalho utilizou-



se uma abordagem qualitativa, onde foi possível desenvolver e aplicar entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras indígenas, autores de suas próprias experiências. A abordagem qualitativa, segundo aponta Gil (2015) “apresenta relação direta do pesquisador com o objeto de estudo”.

Para a obtenção das informações pesquisadas e problematizadas, aplicadas aos questionários, buscamos então identificar relatos de experiências dos seguintes grupos de trabalhadores e trabalhadoras indígenas; Professores indígenas, Trabalhadores indígenas que atuam na saúde indígena, maioria sendo agentes indígenas de saúde e representantes indígenas. No que se diz a respeito ao conteúdo das indagações, foi necessário um estudo bibliográfico, documental referente aos trabalhadores indígenas, onde descobriu-se as principais necessidades a serem abordadas, ainda identificados os principais assuntos mais discutidos sobre o processo de luta e formação dos indígenas, citados por estes em suas próprias obras, e ainda objeto de pesquisa central que é de fato entender as experiências desses trabalhadores e trabalhadoras indígenas.

Seguindo esta sistemática, buscamos, contudo, realizar e aplicar entrevistas com representantes de diferentes povos indígenas do estado do Ceará, para uma melhor compreensão e assim identificando a realidade de cada povo indígena, sistematizando por então possíveis características e vivências próprias que cada povo possui.

Metodologicamente as entrevistas foram realizadas de forma online, por meio de formulários eletrônicos, elaborados com a ferramenta Google Formulários, buscamos construir questões que abordssem sobre as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras indígenas ao longo de sua vida, com foco no processo de formação profissional desenvolvida pelo trabalhador (a), na área da saúde e educação que serão destacadas neste estudo.

A metodologia utilizada para a identificação destes personagens estudados e conseqüentemente a aplicação dos formulários aos trabalhadores (as) indígenas, deu-se a partir da realidade inserida do pesquisador com a vivência com os demais povos indígenas, por meio de diálogo entre representantes de cada povo, foi possível o contato com os professores, trabalhadores da saúde e ainda as lideranças e representantes indígenas.

Para a consolidação dos dados observados, por meio da obtenção das respostas dos formulários, foi elaborada a organização destes relatos de experiências, analisando-se cada temática pesquisada, sendo estas a educação, saúde e a representação. A partir disso foi possível a realização de uma análise concisa dos relatos de experiência para a culminância dos resultados e discussão deste estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base na realização deste estudo, identificamos a partir dos resultados obtidos por meio das respostas dos formulários inúmeras experiências contadas pelos trabalhadores e trabalhadoras indígenas entrevistados, desta forma, elaboramos a organização destes resultados inicialmente em três dimensões, na qual, resumidamente, elencamos as principais reflexões alcançadas por este estudos, são transmitidas através do bloco de experiências contadas dos trabalhadores (as) da educação, saúde e representatividade.

Neste primeiro bloco, realizada a pesquisa com os professores indígenas, entrevistamos oito professores indígenas dos povos; Povo Kanindé de Aratuba, Povo Tapeba, Povo Pitaguary, Povo Tabajara, Povo Tremembé e Povo Jenipapo-Kanindé. Onde buscamos compreender a trajetória e formação profissional dos professores (as); foi possível observar a participação no movimento de luta dos povos, o início da formação através das primeiras turmas de formação e licenciatura intercultural indígena, exercendo a atuação de professor nos espaços da própria aldeia, e a busca por formação fora da aldeia. Ressaltando-se a importância de ser profissional de sua própria aldeia e a interligação da educação e cultura; Ser de sua própria traz um sentimento de gratificação em ter aprendido algo “lá fora” e que possa ser retribuído para dentro da aldeia. Reafirmam que o seu principal papel é formar jovens que possam estar em oralidade com os passadores de



conhecimento se seu povo, além de repassar todos os costumes e tradições, sobretudo, de serem professores bem capacitados e que podem atuar em outras funções. Em relação aos desafios no processo de formação e implementação da educação indígena no território; Buscar formação para além dos espaços do território, preconceito nestes espaços, não haver espaços adequados para a formação das crianças indígenas no início, falta de materiais e recursos didáticos. Sobre as principais metodologias de ensino das escolas indígenas na formação de seus estudantes para o mundo do trabalho; É abordado que os alunos são preparados para que sejam pessoas capazes de lutar pelos seus direitos garantindo seus em espaços no mundo do trabalho e na universidade, mas trazendo a cultura indígena como alicerce de todo o reconhecimento repassado. Ao ser discutido sobre melhorias fundamentais na formação dos professores enquanto trabalhadores e para a educação indígena; Foi observado a abrangência de cursos de licenciatura específica para os indígenas, ajudando na formação de mais profissionais indígenas atuarem em suas aldeias. Formações complementares para maior competência profissional destes; Ressalta-se a importância de todos os professores serem indígenas, para que seja mantida a interculturalidade e integração do professor com o aluno na sua aldeia.

Em referência ao segundo bloco de pesquisa realizados com trabalhadores (as) da saúde indígena, especificamente agentes indígena de saúde e enfermeiros (as) dos povos indígenas, foram realizadas entrevistas com seis trabalhadores (as), desta forma sendo dos povos indígenas; Povo Kanindé de Canindé, Povo Kanindé de Aratuba, Povo Pitaguary, Povo Tremembé, Povo Tapeba e Povo Tabajara. Buscou-se inicialmente identificar o processo de formação profissional destes; Alguns profissionais tiveram sua formação estudando na própria aldeia e outros saindo da aldeia para obtenção dos conhecimentos, foi possível identificar que os processos para atuarem como agentes de saúde são por meio de seleção e por indicação de lideranças da aldeia. Em relação às funções e atribuições do profissional de saúde indígena; Realizam visitas domiciliares, desenvolvem ações de saúde dentro da aldeia, identificam situações de risco individual e coletivo, realizam cadastrados, orientam pessoas de acordo com a equipe multidisciplinar de saúde Indígena, fazem mapeamento de pacientes na aldeia, promovendo a saúde e prevenção de doenças. Discutindo-se a importância do profissional ser de sua própria aldeia, considera-se que; A confiança do paciente indígena do profissional ser de sua própria aldeia, o trabalhador possui maior cuidado com o paciente, sabendo da familiaridade e conhecedor da realidade na qual está inserido. Conhecimento das práticas culturais, exemplo a cura e medicina tradicional como ferramentas de auxílio no atendimento ao paciente indígena. Em relação aos desafios do processo de formação e possíveis melhorias para a classe de trabalhadores (as) da saúde indígena; Necessidade de mais profissionais indígenas serem inseridos nas equipes multidisciplinares em razão do aumento de doenças, em que os profissionais se sentem sobrecarregados, Luta pela regulamentação da categoria. Pois não gozam das mesmas prerrogativas de agentes comunitário de saúde convencional, em que é desenvolvido o mesmo trabalho e carga horária.

Trazendo um bloco final sobre a representatividade indígena em espaços de organização social, foi realizado um formulário de pesquisa com um representante indígena atuante como Coordenador da Funai regional II no estado do Ceará. Discutindo-se sobre a importância da representação indígena em espaços de organização, em que é desenvolvido o seguinte; Ter indígenas à frente desse processo de articulação é fundamental, pois as experiências e vivências de quem vem do chão das aldeias ajudam a entender melhor as dificuldades e desafios dos povos Indígenas. Em relação às principais demandas do movimento indígena o entrevistado destaca; Demarcação dos Territórios, Políticas de Educação e Saúde, Segurança Pública, Empreendimento que impactam Terras Indígenas, acesso a benefícios previdenciários entre outros temas. Realizando-se uma entrevista com uma Liderança indígena idealizadora do movimento indígena no estado do Ceará afirma-se que; Os professores são indígenas, o diretor, coordenador, merendeiras, vigias, são pessoas que fazem parte do quadro da escola e que é assim que se faz a educação diferenciada, ou seja, a integração

dos trabalhadores indígenas é fundamental para a interculturalidade da política pública na aldeia.

Desse modo, após a identificação destes relatos de trabalhadores e trabalhadoras indígenas identificamos as principais vivências que estes profissionais assumem na realização de suas atividades enquanto colaboradores de seus povos e sendo próprios indígenas de suas aldeias, trazendo sobretudo suas peculiaridades que cada povo possui, seus processos e lutas mais que fazem parte de um processo vivenciado em todas as aldeias. Essas discussões são fundamentais, pois é necessário a construção de políticas públicas com os próprios indígenas inseridos em seu contexto, fundamentalmente este estudo traz essa importância para o fortalecimento dos territórios e conseqüentemente as formas de vivências nas aldeias e as formas de trabalho desenvolvidas pelos indígenas dentro ou fora de suas aldeias.

## **CONCLUSÕES**

Conclusivamente, os resultados obtidos neste projeto de pesquisa permeiam sobretudo as experiências contadas por trabalhadores e trabalhadoras indígenas na área da saúde e da educação e ainda a contribuição de representantes e lideranças indígenas que iniciaram a luta do movimento indígena no estado do Ceará. Assim, foi possível compreender por meio deste estudo os processos de lutas que os indígenas que se tornaram profissionais passaram durante sua formação, ainda, as dificuldades e perspectivas demonstradas nos relatos destacados.

Analisando as experiências contadas é possível destacar a importância que os profissionais demonstram estar inseridos em discussões das lutas indígenas de seus povos por melhores condições de vida através da luta pelo território que garantem as políticas públicas em suas aldeias. Além disso é possível mencionar a satisfação que os profissionais indígenas possuem de atender os indígenas de suas aldeias, trazendo assim as vivências cotidianas, as familiaridades e sobretudo entendendo a importância e a responsabilidade que carregam coletivamente para o seu povo.

Ainda é destacável, que mesmo com conquistas nas aldeias e a atuação de profissionais indígenas, é necessário muitas melhorias a serem discutidas, buscadas e implementadas nas categorias de professores e profissionais da saúde como elencadas por estes em seus relatos, é importante a continuidade desse processo para que cada vez mais possam ser formados mais profissionais indígenas e melhorado sobretudo condições de trabalho adequadas que para isso também é uma construção coletiva, entre a luta principal pela garantia da terra e manutenção dos direitos adquiridos, posto isso fundamentalmente destaca-se a importância da continuação de estudos nesta área dos trabalhadores (as) indígenas para demonstrar o interesse e a importância de ser discutido as formações profissionais de indígenas, neste caso dos povos indígenas do Estado Ceará.

Por fim, é destacável a importância deste estudo acerca de trabalhadores (as) indígenas pois identifica-se a necessidade de uma maior compreensão desta classe em relação à sociedade, demonstrando a importância de ser evidenciada as políticas públicas nos territórios indígenas e ainda a inserção dos indígenas nestes processos de integração e interculturalidade com seus povos, necessário então entender as reflexões e experiências que estes possuem com seus processos de formação, vivências, desafios na realidade a qual estão inseridos. Portanto, podemos evidenciar a importância de serem discutidas mais ainda as políticas públicas na área da saúde, formação e capacitação de mais profissionais indígenas em diversos contextos, que possam ser contribuintes da manutenção e acompanhamento da saúde, educação, representação para os povos indígenas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a oportunidade de realizar esta pesquisa, na qual insere-se dentro da minha realidade, enquanto



estudo sobre a realidade dos povos indígenas, essencialmente em relação ao meu processo de formação enquanto estudante indígena. Desta forma, venho por meio deste agradecer ao orientador do projeto pela indicação e sobretudo ao apoio prestado nas orientações e na realização de atividades que culminaram na execução deste trabalho. Agradeço ainda à agência de fomento CNPq / IC - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento da pesquisa intitulada “POVOS INDÍGENAS E AS CONTRADIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ (1988-2024)” executada entre 01/09/2023 e 31/08/2024, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Unilab.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 1999. Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9836.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm). Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jan. 2002. Disponível em: [https://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files\\_mf/Pm\\_254\\_2002.pdf](https://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/Pm_254_2002.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). 12 out. 2024.
- CEARÁ. Resolução nº 382, de 18 de dezembro de 2003. Conselho de Educação do Ceará. Fortaleza-CE, 2003. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0382-2003.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. Capitalismo, trabalho e educação, v. 3, p. 77-96, 2002.